



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO DE COMPRAS Nº 5820/2025

Informações e o edital em sua íntegra estão disponíveis no site: www.maua.sp.gov.br, www.comprasbr.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Mauá, através do **Sr. Secretário Municipal de Mobilidade Urbana, Sr. Caio de Araújo Carvalho**, usando a competência delegada no Decreto Municipal nº 9.527/2025, realizará por intermédio do sistema eletrônico de compras denominado “**COMPRAS BR**”, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo “**MENOR PREÇO**” **GLOBAL**, que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e seus atos regulamentadores, pela Lei Complementar Federal 123/06; alterada pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16 em suas redações atuais e subsidiariamente e pelo Decreto Municipal nº 9.337/2024, e em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos.

1.2. As despesas serão suportadas pelas respectivas dotações orçamentárias nºs:

Código reduzido	Programa de Trabalho	Rubrica	Fonte	Código de Aplicação
1060	18.18.15.452.0023.2498	3.3.90.39.99.01.00.00	0003	45000

1.3. Sistema Eletrônico Utilizado: **COMPRAS BR – PORTAL DE LICITAÇÕES** – Endereço eletrônico (site) do: <https://comprasbr.com.br>.

1.3.1. Endereço: Avenida João Ramalho, nº 205 – 1º andar – Vila Noêmia – Mauá/SP – CEP.: 09371-520

1.4. Período para apresentação das propostas até **30/04/2026 às 08:59 hs**;

1.5. Data de abertura da sessão pública: **30/04/2026 às 09:00 hs**;

1.5.1. Início da Sessão para Disputa de Lances: **30/04/2026 às 09:15 hs**;

1.6. Modo de disputa: **ABERTO**

1.7. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.8. Local de Entrega: Conforme Termo de Referência

1.9. Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência

1.10. Condição de Pagamento: Até 15 (quinze) dias fora a quinquena, após a atestação da Nota Fiscal.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS VOLTADOS Á ÁREA DE TRÂNSITO**, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que integra este Edital.

2.2. Se constatada divergência de sequência entre os itens dispostos no edital e aos da plataforma, prevalecerão os constantes na plataforma.

2.3. A licitante deverá se atentar à disposição dos itens constantes na plataforma eletrônica, sendo obrigatória a leitura de cada item para fins de inserção das propostas, não sendo aceitas quaisquer alegações futuras por falta de atenção.

3. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS.

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para apresentar pedidos de esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório, protocolado junto à Coordenadoria de Licitações, Materiais e Patrimônio da Secretaria de Governo, através do endereço mencionado no preâmbulo, impreterivelmente no horário das 09h até as 17h, através da Plataforma Eletrônica ComprasBr, ou através do endereço eletrônico: licitacoes@maua.sp.gov.br.

3.2. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações, representações, questionamentos e reclamos de qualquer natureza, emitidos pelas pretensas Licitantes, referentes a este processo licitatório, deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até



03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema do Compras BR no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/> ou protocolado junto à Coordenadoria de Licitações, Materiais e Patrimônio da Secretaria de Governo, no endereço mencionado no Preâmbulo, impreterivelmente no horário das 09 h até as 17 h, ou através do endereço eletrônico: licitacoes@maua.sp.gov.br, em estrita observância do respectivo prazo legal.

3.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações, representações, questionamentos e reclamos de qualquer natureza, encaminhados em qualquer outro endereço eletrônico não serão considerados.

3.3. Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será divulgada em sítio eletrônico oficial.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

3.7. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 (quinze) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

3.8. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis contados:

a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

3.9. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões em igual prazo, que começará a contar na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, exclusivamente na plataforma COMPRAS BR endereço <https://comprasbr.com.br/>;

3.10. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

3.11. Diante da manifestação da intenção de recurso o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

3.12. Caberá ao Pregoeiro(a), o prazo de 03 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos interpostos, e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua deliberação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

3.13. Será assegurada a Licitante vista dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses;

3.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

3.15. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscrito por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pela licitante.

3.16. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica a aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.17. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio <https://comprasbr.com.br/>.

4.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Todas as licitantes que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



- 4.2.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.2.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.2.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.2.4.1.** O impedimento de que trata o item acima, será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.
- 4.2.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.2.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.2.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.2.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.2.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.2.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.3.** É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em Consórcio. (A ÁREA REQUISITANTE DEVERÁ JUSTIFICAR)

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** Os interessados em participar deste certame deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio <https://comprasbr.com.br/>.
- 5.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Compras BR), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.3.** Os interessados em se credenciar na plataforma Compras BR poderão obter maiores informações na página <https://comprasbr.com.br/fornecedor>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br ou telefones: (67) 3303.2730 ou (67) 3303.2702
- 5.4.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.5.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Mauá/SP responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.6.** O credenciamento junto à plataforma Compras BR implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.



5.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.8. A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Mauá/SP, com apoio técnico e operacional da plataforma Compras BR, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/> e até a data e hora marcada para apresentação das propostas, conforme item 1.4. do preâmbulo, as licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. A Prefeitura do Município de Mauá não se responsabilizará por impossibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de propostas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.2. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.3. A licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.4. Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula;

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.6. No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à Prefeitura do Município de Mauá, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

6.8. O pagamento, será realizado até 15 (quinze) dias fora a quinzena, após a atestação do recebimento do bem, obra ou material, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, devendo conter número do processo e nota de empenho a que se refere a mesma. Sua emissão deve ser proporcional de acordo com cada entrega realizada, em conformidade com o descrito na forma de entrega.

6.9. O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, *pro rata tempore*.

6.10. As propostas sem data serão consideradas como emitidas na data limite para entrega dos documentos / proposta.

6.11. As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento, caso o mesmo ainda não tenha sido apresentado neste pregão eletrônico.

6.12. Em caso de incompatibilidade do valor especificado na proposta, entre o valor numérico e o escrito por extenso, prevalecerá o valor do segundo.

6.13. Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, prevalecendo o unitário.



- 6.14.** Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR VALOR GLOBAL**;
- 6.15.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.
- 6.16.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a empresa pleitear acréscimos. Da mesma forma, o preço apresentado deverá incluir todos os benefícios e despesas indiretos, os quais serão assim considerados. No caso de erros aritméticos, serão considerados pelo Pregoeiro(a), para fins de seleção e contratação, os valores retificados.
- 6.17.** A licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as Declarações online, que porventura, vierem a ser fornecidas pelo Sistema.
- 6.18.** As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente aos documentos de habilitação.
- 6.19.** Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme art. 155, inciso VIII.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1.** A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 7.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.3.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas.
- 7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5.** A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento.
- 7.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lances.
- 7.7.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.8.** Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.9.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.10.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Compras BR).
- 7.11.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.12.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.13.** Fica estabelecida a diferença mínima entre lances de 1% (um por cento).
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.



7.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada via *chat* do Compras BR, <https://comprasbr.com.br/>, quando ocorrerá a nova data e hora para a sua reabertura.

8. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste certame;

8.1.2. Não sendo vencedora a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e posteriores alterações.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.2. O pregoeiro(a) convocará a licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, por meio da plataforma do Compras BR, sob pena de desclassificação se assim não o fizer.

10.3. O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

10.4. A proposta deverá, preferencialmente, ser encaminhada, após o término da etapa de lances, e deverá conter:

10.4.1. Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

10.4.2. O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Anexo I deste Edital, bem como menor valor por item da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto, quando for o caso;

10.4.3. A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;



- 10.4.4.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- 10.4.5.** Dados do Responsável pela assinatura do Contrato ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento, como: Nome completo; RG; CPF; E-mail e Cargo desempenhado na empresa.
- 10.4.6.** Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- 10.5.** O não envio da proposta atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro por meio eletrônico com todos os requisitos elencados acima, ou descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra a licitante.
- 10.6.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.
- 10.7.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 10.7.1.** Contiverem vícios insanáveis;
- 10.7.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e no Termo de Referência;
- 10.7.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação;
- 10.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 10.8.** A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o(a) Pregoeiro(a), após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ou igual ao preço máximo fixado.
- 10.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.
- 10.10.** O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Edital, vedada a juntada de novos documentos, a fim de atender alguma exigência deste edital, não apresentada anteriormente em sessão.
- 10.11.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes;
- 10.12.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 10.13.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro(a), que comprove:
- a).** que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e,
- b).** inexistirem custos de oportunidade, capazes de justificar o vulto da oferta;
- 10.14.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.15.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.16.** As propostas oferecidas serão tidas como válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de envio para a plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas a licitante vencedora.
- 11.2.** Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Capacidade Operacional e Financeira da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a



demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis, já que sua finalidade é garantir que a futura CONTRATADA consiga executar o presente objeto de maneira satisfatória, de modo a se evitar possíveis prejuízos aos cofres públicos e ao Município de Mauá, além de evitar possíveis retrabalhos causados por uma contratação deficitária.

11.3. E como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que o impeça de participar deste certame ou da futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

11.3.2. Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);

11.3.3. A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante.

11.3.4. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará a licitante, por falta de condição de participação.

11.4. Os documentos de habilitação exigidos poderão ser apresentadas por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada eletronicamente, por cartório competente, ou acompanhada de Declaração de Autenticidade por Advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (*internet*), quando possível.

11.4.1 **A licitante que anexar os documentos de habilitação sem autenticação eletrônica, deverá enviar documentação original, ou cópias autenticadas, sendo exatamente os mesmos documentos que foram anexados na plataforma eletrônica, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. O não atendimento de tal exigência acarretará a inabilitação da licitante.**

11.5. Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível.

11.5.1. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.6.2. Para sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos, desde que expedidos a no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por este órgão, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.9. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



11.10. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

11.11. Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.12. Caso a licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos.

11.13. PARA FINS DE HABILITAÇÃO, AS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR VIA PLATAFORMA DO COMPRAS BR, PREFERENCIALMENTE APÓS O TÉRMINO DA ETAPA DE LANCES, OS DOCUMENTOS MENCIONADOS ABAIXO:

11.13.1. Caso a Licitante opte por anexar toda a Documentação de Habilitação concomitantemente ao cadastro da proposta na plataforma, não haverá nenhum prejuízo à mesma. O pregoeiro concederá ainda o prazo de 01 (uma) hora, após o término da etapa de Lances, para que a mesma insira a proposta atualizada, e revise toda a Documentação inserida, e caso seja constatado alguma falha ou ausência pela Licitante, poderá ser inserido novo documento, desde que dentro do prazo estipulado.

11.13.2. Caso a Licitante comunique via *Chat* que concluiu a inserção dos Documentos, o prazo de 01 (uma) hora será findado, e o Pregoeiro iniciará a análise dos mesmos, sendo vedada a inserção de novos documentos a partir desse momento, salvo os casos previstos no item 11.13.1. do Edital.

11.14. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

11.14.1. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.14.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.15. Pessoa Jurídica: Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como:

11.15.1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

11.15.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.15.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.15.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

11.16.1. A Qualificação técnica consiste no fornecimento de Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de objeto similar conforme descrito no Termo de Referência.

11.17. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

11.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.17.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.17.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa), relativa a Tributos Federais, (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União; Estadual (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa), inscritos na dívida ativa, apenas ICMS;



11.17.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos Mobiliários, do domicílio ou sede da licitante), compatível como objeto contratual;

11.17.5. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal; aceitando-se também certidões positivas com efeitos de negativa;

11.17.6. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa; dentro da sua validade.

11.18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021):

11.18.1. Certidão Negativa de Pedido de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.18.2. Empresas que estejam em recuperação judicial, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

11.18.3. Balanço patrimonial, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

11.18.4. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

d) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

e) Caso a escrituração contábil seja na forma eletrônica, deverá estar de acordo com o disposto na Resolução CFC nº 1.299/10 e Instrução Normativa DREI nº 81 de 10/06/2020 e alterações, devendo ser apresentado:

1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis transcritas no Livro Diário Eletrônico, com os respectivos termos de abertura e de encerramento;

2) Comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil (Recibo de Entrega de Livro Digital);

11.18.5. As fotocópias da documentação exigida poderão ser apresentadas no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

11.18.6. As licitantes inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura do Município de Mauá, poderão apresentar o respectivo Certificado, com prazo de validade em vigor na data prevista para sessão de abertura deste certame, na “Documentação Habilitatória”, o qual substituirá os documentos equivalentes aos do Registro Cadastral.

11.19. Havendo dúvida sobre a veracidade de algum documento, será exigida a apresentação dos originais, não digitais.

11.20. Caso a Licitante melhor classificada, não tenha anexado previamente a Documentação de Habilitação, conforme item 11.13.1, o(a) Pregoeiro(a) convocará, após o término da Etapa de Lances, a Licitante Vencedora, para enviar digitalmente por meio da plataforma do Compras BR, toda a Documentação de Habilitação, bem como a proposta atualizada, em conformidade com o último lance ofertado, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.



11.20.1. O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro(a), desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

11.21. DECLARAÇÕES:

11.21.1. Declaração Unificada, englobado o Termo de inexistência de fato impeditivo; Declaração de cumprimento dos requisitos; Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21; Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz; Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa; e Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento;

11.21.2. Termo de Ciência e Notificação

11.21.3. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme art. 155, inciso VIII.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto deste certame será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade competente.

12.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá.

I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III – Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

IV – Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13. DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO

13.1. Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será firmado instrumento contratual com a(s) empresa vencedora, em conformidade com a minuta apresentada na forma de Anexo VII, sendo os adjudicatários convocados via *e-mail* a celebrá-lo em até cinco dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período.

13.2. A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da assinatura do contrato:

13.2.1. Comprobatória de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos.

13.2.1.1. Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via *Internet*, sendo a adjudicatária notificada da impossibilidade de obtenção das atualizações por meio eletrônico.

13.3. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.



13.4. Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura do contrato ou documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.

13.5. Por ocasião da assinatura da avença decorrente deste certame licitatório exigirá a comprovação de poderes do subscritor do contrato para assinar em nome da Adjudicatária, se tal já não constar dos autos ou do credenciamento.

13.6. No caso da licitante vencedora não assinar o termo contratual ou não retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, reserva-se à Prefeitura do Município de Mauá, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, facultada a negociação para obtenção das mesmas condições já negociadas com o primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou anular a licitação, independente das sanções previstas, para a licitante vencedora recalcitrante, neste Edital.

13.7. Até a assinatura do instrumento contratual, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura do Município de Mauá, tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.

13.8. Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, a Prefeitura do Município de Mauá, poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no item supra.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. DA CONTRATANTE

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;
3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado;
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.
6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA aos locais onde serão prestados os serviços, observadas as normas de segurança institucional.
8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e os materiais executados/entregues em desacordo com as respectivas especificações constantes do Termo de Referência.
9. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades.
10. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas contratuais.
11. Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
12. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as aquisições e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela



CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;

13. Notificar a CONTRATADA via Ofício sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelos serviços e/ou equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;

14. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;

15. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado FISCAL E GESTOR do Contrato;

16. Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA

17. Cumprir as demais obrigações constantes no Termo de Referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no contrato.

14.2. DA CONTRATADA

1. Fornecer o objeto desta contratação nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

2. Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

4. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução do contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos da CONTRATADA.

5. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6. Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE

7. Quando o objeto da contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolverem mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto Federal nº. 11.479/2023.

8. Havendo necessidade de avaliação mais detalhada do material entregue, eventual custo com testes, análises de laboratório, ou laudos técnicos, o mesmo deverá ser efetuado pela CONTRATADA, conforme disposto no artigo 140, II, § 4º da lei 14.133/3221, com suas posteriores alterações.

15. DAS SANÇÕES



15.1. As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à **CONTRATADA**, conforme o caso, em conformidade com os arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. As licitantes ou a **CONTRATADA** será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2.1. A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

15.3. Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.6. As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 15.2.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 15.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a



sanção referida no item 15.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

15.10. Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensado com valores de pagamento devido à **CONTRATADA**.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução parcial ou total do contrato, ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.

16.2. O Contrato poderá ser rescindido:

16.3. Por ato unilateral e escrito da Administração, quando presentes os casos previstos na legislação mencionada, notificando-se a Adjudicatária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

16.4. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para Administração.

16.5. Por decisão judicial, nos termos da Lei;

16.6. A rescisão contratual será devidamente atuada no respectivo processo administrativo, deverão ser formalmente motivados, assegurando o contraditório e ampla defesa.

17. DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

17.1. DA VIGÊNCIA

17.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que constatada a sua vantajosidade, de acordo com o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. DO REAJUSTE

17.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato;

17.5. Nos termos da Lei 14.133/2021, ultrapassados os 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, e mediante o requerimento expresso da **CONTRATADA** os preços poderão ser reajustados, com base no índice INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, levando-se em conta a data-base vinculada ao orçamento estimado, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

17.6. Mediante requerimento expresso da **CONTRATADA**, poderão ser realizados reajustes subsequentes, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, no caso de prorrogações contratuais.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2. É facultada ao Pregoeiro(a), ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

18.3.1. Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Pregoeiro(a) no processo de julgamento.

18.3.2. Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.



- 18.4.** Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.
- 18.5.** A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.
- 18.6.** Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.
- 18.7.** Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada via Sistema.
- 18.8.** As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do Município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.
- 18.9.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.10.** Fica eleito o foro da Comarca de Mauá/SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.
- 18.11.** A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
- 18.12.** Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial do Município de Mauá, em <https://dom.maua.sp.gov.br>, e no site oficial do Município em www.maua.sp.gov.br.
- 18.13.** Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do(a) Pregoeiro(a), eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do(a) Pregoeiro(a) serão ratificadas pela autoridade superior.
- 18.14.** Conforme Decreto Municipal 9.225/2023, o IR incidente sobre esta contratação será retido pelo MUNICÍPIO nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e tabela anexa à Instrução.
- 18.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.maua.sp.gov.br, e www.comprasbr.com.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta
Anexo III	Modelo Declarações relativas aos artigos 63, inciso IV e 68, inciso VI da Lei Federal 14133/2021
Anexo IV	Termo de Ciência e Notificação
Anexo V	Declaração de Documentos à Disposição do TCE
Anexo VI	Minuta de Contrato

Prefeitura do Município de Mauá, 13 de Abril de 2026.

Caio de Araújo Carvalho
Secretário Municipal de Mobilidade Urbana



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Art. 6º, XXIII, "a" da Lei nº. 14.133/2021

Definição do objeto e quantitativo: contratação de empresa especializada na execução de projetos educacionais voltados à área de trânsito, com foco em ações de conscientização, prevenção de acidentes e promoção de comportamentos seguros no ambiente viário. A prestação dos serviços deverá ser realizada por meio da disponibilização de equipe técnica composta por 06 (seis) monitores de educação para o trânsito, 01 (um) coordenador de equipe e 01 (um) auxiliar de serviços gerais. A prestação dos serviços contempla toda infraestrutura física para execução das atividades: lona cenográfica representando vias urbanas, peças físicas alusivas a edificações de uma cidade, tais como prédios, residências, escola, prefeitura, hospital, supermercado, unidade policial, pet shop, agência dos correios, banco, lojas comerciais, igreja, áreas verdes, lanchonete, salão de beleza, quitanda, fábrica, estação de ônibus e shoppings e placas de sinalização de trânsito, semáforos funcionais para veículos e pedestres. A prestação dos serviços disponibilizará os veículos: bicicletas, triciclos, material de EPI (capacetes, joelheiras e cotoveleiras para cada participante das atividades). A prestação dos serviços contempla ainda um robô humanoide e um ciberdog que serão utilizados em apresentações interativas para toda a comunidade escolar, abordando temas relacionados à educação e segurança no trânsito de forma lúdica e atrativa.

Definição da natureza do objeto: O objeto da presente contratação caracteriza-se como de natureza de serviços e fornecimentos contínuos, tendo em vista que se trata de execução de projetos educacionais voltados para área do trânsito, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar.

Definição do prazo e possibilidade de prorrogação do contrato: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

Reajuste: Os preços poderão ser reajustados anualmente conforme variação do INPC – índice Nacional de Preços ao Consumidor, tomando-se como data base o mês da apresentação da proposta.

2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS VOLTADOS À ÁREA DE TRÂNSITO.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Este Termo de Referência é elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- Art. 6º, XXIII, "a" – definição clara, precisa e suficiente do objeto;
- Art. 11 – observância do planejamento das contratações públicas;
- Art. 37 – julgamento objetivo das propostas;
- Art. 144 – necessidade de justificativa para critérios técnicos.

3.1. A necessidade central é a implementação de um programa contínuo e profissional de educação para o trânsito. O órgão executivo de trânsito do município não possui equipe interna habilitada para essa função. A contratação é, portanto, imprescindível para:

- ✓ **Cumprir a Legislação:** Atender às competências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e às metas do PNATRANS (Lei nº 13.614/2018).
- ✓ **Garantir Expertise Técnica:** A execução de projetos educativos eficazes exige conhecimento especializado em pedagogia, dinâmicas de grupo, legislação de trânsito e metodologias ativas, que só uma empresa do ramo pode oferecer com a qualidade necessária.
- ✓ **Assegurar a Continuidade:** Ações educativas precisam ser contínuas para gerar impacto cultural. Um serviço contratado garante a dedicação exclusiva de uma equipe para essa finalidade, sem as interrupções comuns a projetos tocados por equipes internas com múltiplas atribuições.
- ✓ **Promover Inovação Pedagógica:** A utilização de recurso tecnológico inovador, como um **robô interativo programado para apresentações lúdicas e educativas**, amplia o engajamento do público-alvo (crianças, adolescentes e comunidade escolar), potencializa a assimilação dos conteúdos e assegura maior impacto social das ações. Esse recurso representa um avanço metodológico alinhado às diretrizes de inovação educacional, reforçando o caráter preventivo e cultural da educação para o trânsito.



3.2. Vinculação com os objetivos estratégicos ou operacionais. A contratação está diretamente alinhada aos seguintes objetivos estratégicos do Município de Mauá:

- **Estratégico:** Reduzir os índices de mortalidade e lesões no trânsito, promovendo um ambiente urbano mais seguro e humano.
- **Operacional:** Estruturar e manter o funcionamento o Departamento de Educação da Secretaria de Mobilidade Urbana, transformando-o em uma referência para a formação cidadã de crianças, jovens e adultos.
- **Princípio da Eficiência:** Otimizar o uso de recursos públicos ao contratar uma solução que entrega resultados mensuráveis e de alta qualidade, em vez de investir na criação de uma estrutura interna do zero, cujo custo e eficácia seriam incertos.
- **Inovação e Impacto Social:** Incorporar novas tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem, tornando o projeto mais atrativo, moderno e eficiente, fortalecendo a participação comunitária e assegurando a sustentabilidade das ações de conscientização no trânsito.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Art. 6º, inciso XXIII, “b” da Lei nº. 14.133/2021

O Município de Mauá, por meio de seu órgão executivo de trânsito, não possui equipe interna habilitada legalmente para executar projetos educacionais na área de trânsito. Assim, torna-se imprescindível a contratação de empresa com expertise comprovada na área de elaboração e execução de projetos para educação do trânsito.

A implementação de projetos de educação para o trânsito exige expertise técnico-pedagógica e capacidade operacional específica, não disponível no quadro funcional atual da administração pública. Diante disso, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, que possua conhecimento técnico e experiência comprovada na área, para garantir a efetividade das ações planejadas.

Nesse sentido, contratar uma empresa especializada para a execução de projetos educacionais na área de trânsito é fundamental por várias razões importantes:

- **Expertise Especializada:** Empresas especializadas têm conhecimento profundo das melhores práticas, legislação atualizada e técnicas educacionais eficazes na área de trânsito. Isso garante que os projetos sejam desenvolvidos com base em experiências anteriores bem-sucedidas e com alta qualidade técnica.
- **Eficiência na Implementação:** Essas empresas possuem recursos e infraestrutura adequados para implementar projetos de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Isso pode incluir acesso a materiais educativos, tecnologia específica para simulações de trânsito, entre outros.
- **Personalização e Adaptação:** Com base em sua experiência, empresas especializadas podem adaptar os projetos às necessidades específicas da comunidade ou instituição contratante. Isso inclui ajustes culturais, regionais e educacionais que podem ser cruciais para o sucesso do programa.
- **Impacto e Resultados Mensuráveis:** Empresas especializadas geralmente têm métodos robustos para medir o impacto dos projetos implementados. Isso permite avaliar efetivamente o sucesso das iniciativas educacionais em reduzir acidentes, melhorar o comportamento dos condutores e aumentar a conscientização sobre segurança no trânsito.
- **Cumprimento de Normas e Regulamentações:** Na área de trânsito, o cumprimento das normas e regulamentações é essencial. Empresas especializadas estão atualizadas com as leis e regulamentos mais recentes, garantindo que todos os aspectos legais sejam devidamente atendidos durante a execução dos projetos.
- **Custo-benefício:** Embora o custo inicial possa ser um pouco mais elevado do que a implementação interna, a contratação de uma empresa especializada muitas vezes resulta em economia a longo prazo devido à redução de riscos, maior eficiência e melhores resultados.

Em resumo, ao optar por uma empresa especializada, as organizações garantem que seus projetos educacionais na área de trânsito sejam desenvolvidos e implementados com expertise, eficiência e impacto positivo mensurável.

Por fim, a contratação proposta está amparada pelos dispositivos da Lei nº. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), conforme previsto nos artigos que tratam do planejamento da contratação, estudo técnico preliminar e justificativa da demanda.

5. QUANTITATIVO

Art. 6º, XXIII, “a” da Lei nº. 14.133/2021

A contratação ora pretendida, consiste em:



Item	Cargo/Atividade	Quantidade de Profissionais	Carga Horária Mensal por Profissional	Quantidade de Horas Mensal	Total de Horas Previstas por Cargo
01	Monitores de Educação	06	176 horas	1.056 horas	12.672 horas (6 x 176 x 12)
02	Coordenador	01	176 horas	176 horas	2.112 horas (1 x 176 x 12)
03	Auxiliar de Serviços Gerais	01	176 horas	176 horas	2.112 horas (1 x 176 x 12)
	Total Geral Estimado	—	—	1.408 horas/mês	16.896 horas

O quantitativo de equipamentos e infraestrutura, consiste em:

Equipamentos	Quantidade	Quantidade	Total
Placas de sinalização:	10		10
Semáforos pedestres:	2		2
Semáforos veículos	1		1
Poste Semáforo:	3		3
Cabos de energia:	2		2
Bicicletinhas	15		15
Triciclo	2		2
Bicicleta Aro 12 (nº 13, 12, 14 e 23)	4 (com rodinhas)		4
Bicicleta Aro 16 (nº 1, 2, 11, 22, 29)	4 (com rodinhas)	3 (sem rodinhas)	7
Bicicleta Aro 20 Preta/Azul (nº 6, 8, 26)	3 (com rodinhas)	5 (sem rodinhas)	8
Bicicleta Aro 26 (nº, 3 e 4)		2(sem rodinhas)	2
Cercado cenográfico (1,30 m X 1,00 m):	20		20
Capacetes:	24		24
Cotoveleiras:	15		15
Joelheiras:	23		23
Kits Joelheiras + Cotoveleiras:	10		10
Lona Cenográfica	1		1
Ciberdog	1		1
Robô Humanoide	1		1

6. DESCRITIVO

O conjunto de equipamentos listado a seguir foi reunido para compor um ambiente de simulação e educação, focado em regras de trânsito e na integração de tecnologias avançadas, notavelmente a robótica. Sinalização e Infraestrutura: a base da simulação é construída sobre elementos de infraestrutura de trânsito. Os itens estão categorizados para melhor compreensão da sua função no projeto:

a) Sinalização e Infraestrutura

O ambiente conta com 10 Placas de sinalização variadas e essenciais para estabelecer as regras do circuito. Sistemas de controle de fluxo: 2 Semáforos para pedestres e 1 Semáforo para veículos, todos sustentados por 3 Postes Semáforo. A energização e interconexão desses dispositivos são garantidas por 2 Cabos de energia, com 25 metros de comprimento cada. O espaço físico de simulação é definido por um Cercado cenográfico com 20 placas de 1,30 metro X 1,00 m ou 10 placas de 1,30 metro X 2,00 m e por 1 Lona Cenográfica com 10,0 metros X 20,00, que atua como um mapa ou piso temático para ambientar o circuito.

b) Mobilidade e Segurança Individual

A frota de veículos é composta por 15 Bicicletinhas e 2 Triciclos para os participantes mais jovens. A distribuição das bicicletas é a seguinte: 4 unidades Aro 12 com rodinhas laterais para aprendizado inicial, 7 unidades Aro 16, sendo 4 com rodinhas e 3 sem rodinhas, 8 unidades aro 20, sendo 3 com rodinhas e 5 sem rodinhas, 2 unidades aro 26, ambas sem rodinhas, para usuários mais experientes e 2 Triciclos para participantes mais jovens.

Para garantir a segurança, o conjunto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) será composto por: 24 Capacetes, 23 Joelheiras e 15 Cotoveleiras, além de 10 kits completos de joelheiras e cotoveleiras.

c) Robótica Avançada e Inovação



Um Robô humanoide programável, com capacidade para interações sociais, demonstrações e ensino de programação com 25 graus de liberdade (DOF), câmera para reconhecimento facial e de objetos, sistema de fala e audição, além de sensores táteis e de ultrassom. O robô deve suportar programação em diversos níveis, desde blocos gráficos até linguagens avançadas (Python, C++). Um Robô quadrúpede autônomo, projetado para locomoção dinâmica, estabilidade e navegação em terrenos variados com 12 graus de liberdade, sendo 3 por perna, com *servos* de alto torque, capaz de andar, correr e pular, equipado com sistemas de **visão (câmeras)** e de **navegação simultânea (SLAM)**, permitindo que realize mapeamento e se posicione no ambiente em tempo real e mais um Ciberdog.

6.1. MONITOR DE EDUCAÇÃO

A contratação de **06 (seis) monitores escolares** justifica-se a partir da demanda operacional, pedagógica e logística necessária à execução das atividades permanentes e programadas no Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá, conforme os objetivos estratégicos da política pública de educação para o trânsito e mobilidade segura.

6.1.1. Atendimento à Demanda de Público:

O Centro de Educação de Mobilidade tem como foco o atendimento de grupos escolares (ensino fundamental e médio), instituições comunitárias, ONGs, associações e público em geral, por meio de visitas educativas, oficinas e simulações práticas. Estima-se:

- Atendimento diário de até **2 grupos escolares**, com média de **20 a 30 alunos por grupo**;
- Participação em campanhas externas mensais, como a “Semana Nacional do Trânsito”, “Maio Amarelo”, “Volta às Aulas” e ações nos bairros;
- Atividades simultâneas em diferentes ambientes (espaço de simulação viária, sala de atividades, área externa e ações itinerantes).

Essa dinâmica exige o acompanhamento constante por equipe distribuída para garantir a segurança dos participantes e o cumprimento dos objetivos pedagógicos.

6.1.2. Organização do Trabalho Pedagógico:

Com base na complexidade e na diversidade das ações realizadas, propõe-se a seguinte distribuição funcional dos monitores:

- **02 monitores** alocados nas atividades práticas de simulação de trânsito;
- **01 monitor** responsável por dinâmicas educativas em sala (vídeos, jogos, debates);
- **01 monitor** para apoio logístico e recepção dos grupos;
- **01 monitor** de reserva técnica e cobertura em casos de afastamentos, licenças ou sobrecarga de atividades;
- **01 monitor** designado para apoio em campanhas externas e atividades descentralizadas nas escolas e vias públicas.

Essa distribuição assegura a continuidade das ações mesmo diante de imprevistos e garante a qualidade do atendimento ao público.

6.1.3. Critérios de Segurança e Supervisão:

A presença adequada de monitores permite:

- Acompanhamento contínuo das crianças e adolescentes em deslocamento dentro dos espaços simulados;
- Prevenção de acidentes e orientação constante sobre condutas seguras;
- Suporte individualizado para alunos com necessidades específicas.

6.1.4. Eficiência na Execução do Projeto:

A quantidade proposta garante:

- Rotatividade saudável das equipes;
- Maior flexibilidade no atendimento simultâneo de diferentes turmas;
- Qualidade nas abordagens educativas, com atenção individual e grupal;
- Cumprimento da carga horária semanal das ações propostas.

Os monitores escolares a serem contratados deverão apresentar perfil técnico e comportamental compatível com as atividades de educação para o trânsito, no âmbito do Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá, atendendo às diretrizes de segurança viária, cidadania e mobilidade sustentável.

Requisitos Mínimos:

- **Escolaridade:** Ensino médio completo. Será considerado diferencial a formação técnica ou superior nas áreas de Pedagogia, Educação, Comunicação, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, ou áreas correlatas.



- **Experiência:** Desejável experiência comprovada com atividades de orientação, recreação, educação não formal, projetos educativos ou campanhas de conscientização, especialmente no contexto da segurança viária e cidadania.
- **Capacitação Específica:** Serão valorizados cursos ou capacitações em educação para o trânsito, primeiros socorros, mediação de conflitos, ou dinâmicas de grupo.

Competências Técnicas e Comportamentais:

- Boa comunicação oral e escrita.
- Facilidade para trabalhar com o público infantojuvenil.
- Habilidade para conduzir atividades lúdicas educativas, simulações, oficinas e palestras.
- Postura ética, cordialidade, empatia e respeito à diversidade.
- Capacidade de atuar em equipe e seguir orientações da coordenação do projeto.
- Comprometimento com os objetivos da educação para o trânsito e da formação cidadã.

Atribuições Gerais:

- Apoiar e executar atividades educativas, interativas e instrutivas com foco na promoção de comportamentos seguros no trânsito.
- Auxiliar na preparação de materiais didáticos e na organização dos espaços de aprendizagem.
- Participar de eventos, campanhas e ações internas e externas promovidas pelo Centro de Educação de Mobilidade.
- Acompanhar grupos de estudantes e visitantes durante visitas orientadas.
- Prestar apoio logístico e pedagógico à equipe técnica responsável pelas ações educativas.

Jornada de Trabalho:

- **Carga horária semanal:** 44 (quarenta e quatro) horas.
- **Horário de trabalho:** Jornada 6 x 1, das 7h30 às 16h30, com 1 (uma) hora de intervalo para refeição.

Vínculo Contratual:

- A contratação será realizada por empresa especializada, mediante processo licitatório, conforme as regras da Lei nº 14.133/2021.
- Os monitores atuarão sob regime celetista (CLT), contratados pela empresa vencedora do certame.
- O vínculo com o Município de Mauá será exclusivamente por meio da supervisão e fiscalização do contrato de prestação de serviços.

6.2. COORDENADOR DE PROJETO

A contratação de **01 (um) coordenador pedagógico** para o Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá é medida essencial para garantir a qualidade, o planejamento estratégico e o funcionamento eficiente das ações de educação para o trânsito, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/1997) e da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012).

6.2.1. Complexidade e Abrangência das Atividades Desenvolvidas

O Centro de Educação de Mobilidade realiza atividades contínuas voltadas à formação cidadã de crianças, adolescentes e outros públicos, por meio de:

- Oficinas educativas e simulações práticas de trânsito;
- Atendimentos a grupos escolares;
- Realização de campanhas temáticas e eventos externos (Maio Amarelo, Semana Nacional de Trânsito, Volta às Aulas, entre outros);
- Interação com diversas secretarias, escolas, ONGs, e órgãos públicos.

Essas ações demandam **gestão pedagógica, coordenação logística e articulação institucional**, funções que excedem as atribuições dos monitores e requerem profissional com capacidade de planejamento, liderança e tomada de decisão.

6.2.2. Supervisão Técnica da Equipe e Garantia de Qualidade Pedagógica

O coordenador terá papel central no desenvolvimento e monitoramento dos conteúdos, dinâmicas, metodologias de ensino e abordagem didática, garantindo que:

- As ações educativas estejam alinhadas às diretrizes da educação para o trânsito e mobilidade segura;
- Haja unidade pedagógica e coerência entre as atividades desenvolvidas pelos diferentes monitores;



- Os materiais educativos, apresentações e recursos didáticos estejam adequadamente elaborados e atualizados.

6.2.3. Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Resultados

Será atribuição do coordenador:

- Elaborar o plano de trabalho do projeto;
- Planejar mensalmente as atividades, cronogramas e metas;
- Acompanhar e orientar a equipe, avaliando o desempenho e os resultados alcançados;
- Produzir relatórios técnicos e pedagógicos para subsidiar a gestão pública na tomada de decisões.

Sem esse profissional, não seria possível realizar de forma eficaz o **acompanhamento da execução contratual**, a **avaliação de impacto** das ações e a **correção de rumos** durante a vigência do projeto.

6.2.4. Relação Institucional e Representação Técnica

O coordenador atuará como elo entre a equipe executora e a administração pública, garantindo:

- Alinhamento com as diretrizes estratégicas do Município;
- Respostas técnicas a demandas institucionais;
- Participação em reuniões, seminários e fóruns de trânsito, quando necessário.

O profissional coordenador atuará como responsável técnico e pedagógico pelas ações de educação de trânsito realizadas no Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá, garantindo a articulação da equipe, o planejamento estratégico, a condução das atividades e o alinhamento com as diretrizes da administração pública municipal.

Requisitos Mínimos:

- Escolaridade:** Ensino superior completo, preferencialmente nas áreas de Pedagogia, Educação, Mobilidade Urbana, Gestão Pública, Psicologia, Comunicação Social ou áreas correlatas.
- Experiência Profissional:**
 - Experiência mínima de **01 (um) ano** em coordenação de projetos educativos, preferencialmente voltados à educação para o trânsito, cidadania, educação ambiental ou programas de mobilidade urbana.
 - Experiência comprovada em liderança de equipes multidisciplinares, organização de eventos educativos e relacionamento institucional.
- Capacitação Complementar (Desejável):**
 - Cursos na área de trânsito e mobilidade urbana (DENATRAN/SENATRAN, DETRAN ou similares).
 - Noções de legislação de trânsito e segurança viária.
 - Capacitação em metodologias ativas de ensino/aprendizagem.

Competências Técnicas e Comportamentais:

- Capacidade de liderança e coordenação de equipes;
- Planejamento e organização de cronogramas e metas;
- Habilidades de mediação de conflitos e relacionamento interpessoal;
- Clareza na comunicação oral e escrita;
- Visão estratégica e proatividade;
- Conhecimento das diretrizes do Plano Nacional de Educação para o Trânsito e da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Comprometimento com resultados, ética profissional e postura institucional.

Atribuições do Coordenador:

- Elaborar e supervisionar o plano de ação pedagógica e técnica do Centro de Educação de Mobilidade;
- Coordenar a equipe de monitores escolares e demais profissionais envolvidos nas atividades;
- Articular parcerias com escolas, instituições, ONGs e órgãos públicos;
- Planejar e acompanhar as atividades educativas, campanhas, oficinas, eventos e visitas guiadas;
- Garantir a qualidade metodológica das ações, alinhadas aos objetivos da educação para o trânsito;
- Produzir relatórios mensais de acompanhamento das atividades e resultados;
- Representar o Centro em reuniões técnicas, fóruns e eventos institucionais, quando solicitado;
- Sugerir melhorias, inovações pedagógicas e estratégias de ampliação do impacto das ações;
- Cumprir e fazer cumprir as diretrizes contratuais, zelando pelo bom andamento das atividades.

Jornada de Trabalho:

- Carga horária semanal:** 44 (quarenta e quatro) horas;



- **Horário:** Escala 6X1, das 8 h às 17 h, com possibilidade de atuação em horários alternativos ou em finais de semana, conforme o planejamento de campanhas e eventos.

Vínculo Contratual:

1. A contratação será realizada por empresa especializada, mediante processo licitatório, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
2. O vínculo será de natureza celetista (CLT), com supervisão técnica e administrativa pela contratada e fiscalização por parte do Município de Mauá.

6.3. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A presença de um **auxiliar de serviços gerais** é fundamental para o funcionamento contínuo e adequado do **Centro de Educação de Mobilidade de Mauá**, garantindo a organização, limpeza, apoio e a preparação adequada dos ambientes utilizados nas ações educativas de trânsito.

6.3.1. Suporte às Ações Educativas e à Operacionalidade do Espaço

O Centro de Educação de Mobilidade realiza, diariamente, atividades com grupos escolares e outros públicos, utilizando diversos espaços como:

- Pistas de simulação de trânsito;
- Salas de oficinas e atividades pedagógicas;
- Espaços abertos para dinâmicas coletivas;
- Áreas administrativas e de apoio.

A rotatividade de visitantes e a frequência de atividades educativas geram constante necessidade de limpeza, reorganização e suporte à logística dos ambientes, o que requer **dedicação** de um profissional de apoio.

6.3.2. Conservação dos Ambientes e Prevenção de Riscos

A presença de um auxiliar de serviços gerais contribui para:

- Manutenção da higiene dos espaços frequentados por crianças e adolescentes;
- Prevenção de acidentes em áreas de circulação e prática (limpeza de pisos, retirada de obstáculos, etc.);
- Conservação do patrimônio público, com cuidado e zelo no uso dos materiais, mobiliários e equipamentos.

6.3.3. Apoio Logístico à Equipe Técnica e aos Monitores

- Além da limpeza e conservação, o auxiliar de serviços gerais atua de forma complementar à equipe técnica, especialmente em:
 - Organização dos ambientes antes e após as oficinas educativas;
 - Apoio em eventos externos e campanhas, mediante demanda programada;
 - Atendimento a necessidades pontuais da equipe, respeitando os limites de sua função.

6.3.4. Continuidade e Qualidade do Serviço Prestado

A ausência de um profissional dessa natureza implicaria sobrecarga da equipe pedagógica com tarefas operacionais que desviam o foco do projeto educativo, prejudicando:

- A fluidez das atividades;
- O bem-estar dos participantes;
- A imagem institucional do Centro frente a comunidade.

O auxiliar de serviços gerais será responsável por prestar suporte operacional e de conservação às atividades realizadas no Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá, contribuindo de forma indireta, porém fundamental, para a qualidade e continuidade das ações educativas voltadas à formação para o trânsito seguro.

Requisitos Mínimos:

- **Escolaridade:** Ensino fundamental completo.
- **Experiência:** Desejável experiência anterior em funções de apoio e manutenção em espaços públicos, escolares, educacionais ou institucionais.
- **Capacitação Complementar (Desejável)**
 - Noções de limpeza e conservação de ambientes;
 - Organização de ambientes educativos e atendimento a demandas operacionais;

Competências Técnicas e Comportamentais:

- Proatividade e organização;
- Agilidade e atenção aos detalhes;
- Boa comunicação interpessoal e disposição para trabalho em equipe;
- Postura ética, responsabilidade e discrição no ambiente de trabalho;



- Flexibilidade para atender a diferentes demandas operacionais.

Atribuições do Cargo:

- Executar serviços de limpeza e conservação das áreas internas e externas do Centro de Educação de Mobilidade;
- Apoiar a organização dos ambientes antes e após oficinas, visitas escolares e eventos educativos;
- Realizar a higienização de sanitários, salas de atividades, corredores, pátios, almoxarifado e demais espaços do centro;
- Zelar pela guarda, uso e conservação dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade;
- Comunicar à coordenação a necessidade de reposição de materiais de limpeza e manutenção.

Jornada de Trabalho:

- **Carga horária semanal:** 44 (quarenta e quatro) horas;
- **Horário:** Escala 6X1, das 8h às 16h, com 1 (uma) hora de intervalo para refeição.

Vínculo Contratual:

- A contratação será realizada por empresa especializada, mediante processo licitatório, conforme as normas da Lei nº 14.133/2021;
- O auxiliar de serviços gerais será contratado sob regime celetista (CLT) pela empresa vencedora, com supervisão e fiscalização da prestação de serviço realizada pela administração pública municipal.

7. FORMA DA CONTRATAÇÃO

A modalidade de licitação será o **Pregão Eletrônico** e o critério de julgamento será o de **menor preço global**.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Art. 6º, inciso XXIII, "c" da Lei nº. 14.133/2021

A contratação de empresa especializada é a solução **mais adequada, eficiente e legalmente amparada** para atender à necessidade do Município de Mauá. A justificativa se fortalece ao analisarmos os dados demográficos e de infraestrutura da cidade, que revelam um cenário de alta complexidade e risco no trânsito:

- **Alta Densidade Populacional:** Mauá possui uma população de **418.261 habitantes** (Censo IBGE 2022) concentrada em uma área territorial de apenas **61,9 km²**. Isso resulta em uma das mais altas densidades demográficas da região, com aproximadamente **6.753 habitantes por km²**.
- **Frota de Veículos Expressiva:** A cidade abriga uma frota de veículos grande e crescente, que disputa o espaço viário limitado com um intenso fluxo de pedestres, ciclistas e transporte público.
- **Consequências no Trânsito:** Este cenário de alta densidade urbana e veicular tem consequências diretas na segurança. Dados do sistema Infosiga SP, que monitora acidentes no estado, apontam para um número alarmante de fatalidades no trânsito da região, com Mauá contribuindo significativamente para essas estatísticas. A título de exemplo, dados recentes indicam que a cidade registrou **12 óbitos no trânsito em apenas cinco meses**.

Diante deste quadro desafiador, fica evidente que ações educativas amadoras ou esporádicas são insuficientes. A complexidade do trânsito em Mauá exige uma abordagem profissional, contínua e baseada em metodologias comprovadas. A solução de contratar uma empresa especializada alinha-se, portanto, ao princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal), pois utiliza os recursos públicos para contratar quem possui a melhor capacidade técnica para entregar o resultado esperado: a redução de acidentes e a preservação de vidas. A viabilidade técnica, econômica e legal, conforme já demonstrado, reforça esta, como a única decisão responsável e vantajosa para o interesse público.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Art. 6º, inciso XXIII, "d" da Lei nº. 14.133/2021

9.1. REQUISITOS FUNCIONAIS E OPERACIONAIS

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos funcionais e operacionais:

a) Prestação de serviço de forma especializada e continuada

A empresa contratada deverá dispor de equipe fixa, capacitada e devidamente supervisionada, que atue conforme planejamento aprovado pela administração pública municipal.

b) Composição mínima da equipe de trabalho

A equipe deverá ser composta por:



- **06 (seis) Monitores Escolares:** com formação mínima de ensino médio completo e experiência em atividades educativas com crianças e jovens, para execução direta das ações pedagógicas.
- **01 (um) Coordenador Pedagógico/Operacional:** com formação superior e experiência comprovada na coordenação de projetos educativos e gestão de equipes, responsável pelo planejamento, supervisão técnica e relacionamento institucional.
- **01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais:** para apoio à logística, conservação dos espaços e suporte às atividades educativas.

c) Metodologia adaptada à educação para o trânsito

A empresa deverá apresentar proposta metodológica compatível com a faixa etária atendida, com base em:

- Estratégias participativas e lúdicas;
- Dinâmicas práticas e oficinas interativas;
- Materiais educativos alinhados às diretrizes do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/SENATRAN).

d) Planejamento, execução e avaliação das atividades

A empresa deverá desenvolver e apresentar um **plano de trabalho mensal**, contendo:

3. Cronograma das ações;
4. Distribuição de atividades entre os profissionais;
5. Metas quantitativas e qualitativas;
6. Relatórios mensais de execução e avaliação.

e) Infraestrutura mínima e suporte administrativo

A empresa deverá garantir:

- Supervisão técnica constante;
- Substituição de profissionais em caso de ausência;
- Fardamento e identificação dos profissionais;
- Condições trabalhistas adequadas aos contratados;
- Apoio logístico à equipe.

9.2. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação se justifica nos termos do art. 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que permite a contratação de serviços especializados de natureza continuada, bem como ao Decreto Municipal nº. 9527/2024.

Além disso, atende aos princípios da eficiência e do interesse público, ao garantir qualidade técnica e otimização de recursos humanos e operacionais.

A contratação por empresa especializada evita sobrecarga da estrutura administrativa e garante a profissionalização e continuidade das ações, com avaliação periódica de desempenho e foco em resultados.

9.3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame empresas legalmente constituídas que atendam integralmente às exigências estabelecidas no edital, e que comprovem capacidade técnica e operacional para a prestação de serviços especializados em ações educativas de trânsito, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

9.3.1. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar a experiência compatível com o objeto da licitação por meio de:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços similares, com escopo compatível com o objeto ora licitado, preferencialmente na área de educação para o trânsito, educação ambiental, educação social ou afins;
- Declaração de que dispõe (ou se compromete a dispor, no início da execução contratual) da equipe mínima exigida: **06 monitores escolares, 01 coordenador e 01 auxiliar de serviços gerais**, com perfis definidos no Termo de Referência;
- Comprovação da existência de responsável técnico (preferencialmente o coordenador), com formação superior e experiência em gestão de projetos educativos, que responderá pela condução técnica das atividades.
- **Declaração de disponibilidade e operacionalização dos robôs interativos**, apto a realizar apresentações educativas e dinâmicas lúdicas junto à comunidade escolar, conforme especificações do Termo de Referência, Um Robô humanoide programável, com capacidade para interações sociais, demonstrações e ensino de programação com 25 graus de liberdade (DOF), câmera para reconhecimento facial e de objetos, sistema de fala e audição, além de sensores táteis e de ultrassom. O robô deve suportar programação em diversos níveis, desde blocos gráficos até linguagens avançadas (Python, C++). Um Robô quadrúpede autônomo, projetado para locomoção dinâmica, estabilidade e navegação em terrenos variados com 12 graus de liberdade, sendo 3



por perna, com servos de alto torque, capaz de andar, correr e pular, equipado com sistemas de **visão (câmeras)** e de **navegação simultânea (SLAM)**, permitindo que realize mapeamento e se posicione no ambiente em tempo real

9.3.2. Outras Condições Gerais:

- Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

9.4. REQUISITOS DA SUBCONTRATAÇÃO

Será **admitida a subcontratação parcial do objeto**, desde que previamente autorizada pela Administração, **limitada a até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor global contratado, conforme o disposto no art. 122, §1º, da **Lei nº 14.133/2021, vedada a subcontratação da execução principal do contrato.**

9.4.1. Vedações

Não será permitida a subcontratação:

- Da atividade-fim do contrato, considerada a prestação direta dos serviços de educação para o trânsito (ou seja, os postos de monitores escolares e do coordenador pedagógico);
- De empresas que estejam com impedimentos legais para contratar com o poder público;
- De empresas cujos sócios integrem também a empresa contratada.

9.4.2. Condições para Subcontratação

A Contratada poderá solicitar a subcontratação durante a execução do contrato.

Caso a empresa contratada deseje subcontratar parte dos serviços acessórios (como apoio logístico, fornecimento de materiais ou serviços administrativos), deverá:

- Submeter previamente à Administração a **solicitação formal de subcontratação**, acompanhada de:
 - Justificativa técnica e operacional;
 - Cópia dos documentos de habilitação da subcontratada (jurídica, fiscal e trabalhista);
 - Comprovação de que a subcontratada possui capacidade técnica compatível com a atividade a ser desempenhada;
- Firmar contrato formal com a empresa subcontratada, com cláusulas de responsabilidade solidária quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

9.4.3. Responsabilidade

A empresa contratada permanecerá **inteiramente responsável perante a Administração Pública** pela boa execução do contrato, inclusive em relação à parte eventualmente subcontratada, respondendo **solidária e subsidiariamente** por quaisquer falhas, inadimplementos, prejuízos ou danos causados.

9.4.4. Fiscalização

A Administração poderá, a qualquer tempo, **fiscalizar diretamente os serviços prestados pela empresa subcontratada**, devendo a contratada garantir livre acesso às informações, documentos e espaços necessários para acompanhamento da execução.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

Art. 6º, inciso XXIII, “e” da Lei nº. 14.133/2021

10.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto da presente contratação deverá observar as seguintes diretrizes e condições operacionais, visando garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência das ações educativas no Centro de Educação de Mobilidade do Município de Mauá:

10.1.1. Local de Prestação dos Serviços

- As atividades deverão ser realizadas no **Centro de Educação de Mobilidade**, localizado em endereço definido pela Administração Pública;
- Eventualmente, poderão ser executadas ações externas, como campanhas, visitas a escolas ou eventos, mediante autorização e planejamento prévio com a fiscalização.

10.1.2. Jornada e Escala

- A equipe deverá cumprir **jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas**, em escala 6X1, das 08h às 17h, com 01 (uma) hora de intervalo para refeição;
- A empresa deverá prever **escala diferenciada em datas especiais**, como campanhas educativas, finais de semana ou feriados, mediante solicitação expressa da Administração, sem acréscimos de valores.

10.1.3. Plano de Trabalho

- A empresa deverá apresentar **plano de trabalho inicial** com cronograma mensal de atividades, detalhando a atuação da equipe, tipos de ações educativas e metas;
- O plano de trabalho deverá ser atualizado periodicamente e submetido à aprovação da Administração Pública.

10.1.4. Supervisão e Gestão Técnica



- A execução dos serviços será supervisionada por servidor municipal designado para a fiscalização contratual;
- O coordenador pedagógico deverá acompanhar diariamente as ações dos monitores, organizar as atividades e consolidar os relatórios de execução.

10.1.5. Relatórios e Avaliação

- A empresa deverá elaborar e entregar **relatórios mensais**, contendo:
 - Registro das atividades desenvolvidas;
 - Quantitativo de atendimentos e público-alvo;
 - Avaliação dos resultados alcançados;
 - Justificativas de eventuais não conformidades ou desvios de planejamento.

10.1.6. Substituição de Profissionais

- A empresa deverá manter a equipe mínima exigida durante todo o período contratual;
- Em caso de afastamento, desligamento ou substituição de qualquer profissional, a empresa deverá providenciar a **reposição em até 05 (cinco) dias úteis**, com profissional de perfil equivalente, mediante anuência da Administração.

10.1.7. Uniforme e Identificação

- Toda a equipe deverá atuar uniformizada, com **fardamento padronizado e crachá de identificação**, fornecidos pela empresa contratada.

10.1.8. Materiais e Insumos

- A empresa será responsável pelo fornecimento de todos os **materiais de consumo, recursos didáticos e equipamentos operacionais** necessários à execução das ações, conforme diretrizes estabelecidas no plano de trabalho e validação da fiscalização.

10.1.9. Responsabilidade e Sigilo

- A contratada será responsável por **todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis e tributárias** decorrentes da execução do contrato;
- Os profissionais deverão manter **conduta ética e sigilo sobre informações** de caráter institucional ou sensível relativas ao projeto.

10.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Administração Pública, na qualidade de contratante, assume as seguintes obrigações para garantir a adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público:

10.2.1. Fiscalização e Acompanhamento

- Designar formalmente **servidor público responsável pela fiscalização do contrato**, com competência para acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços;
- Fornecer subsídios técnicos e informações necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado;
- Realizar **reuniões periódicas de alinhamento** com a empresa contratada, para avaliação dos resultados e ajuste do plano de trabalho.

10.2.2. Fornecimento de Espaço Físico

- Disponibilizar à contratada as **instalações físicas do Centro de Educação de Mobilidade**, devidamente equipadas e em condições de uso, incluindo salas, sanitários, área externa, equipamentos fixos e pontos de apoio;
- Garantir, sempre que necessário, **acesso autorizado a espaços municipais ou instituições públicas** para ações externas previamente planejadas e aprovadas.

10.2.3. Aprovação de Planos e Relatórios

- Analisar e aprovar o **plano de trabalho inicial e suas atualizações**, podendo solicitar ajustes sempre que necessário;
- Avaliar os **relatórios mensais de execução**, verificando o cumprimento das metas e resultados pactuados;
- Notificar a contratada em caso de descumprimento contratual ou falhas na execução dos serviços.

10.2.4. Apoio Institucional

- Prestar o **apoio institucional necessário à execução das ações educativas**, incluindo articulação com escolas da rede pública ou privada, órgãos municipais e parceiros comunitários;
- Promover, sempre que possível, a **divulgação institucional das atividades realizadas**, por meio dos canais oficiais do Município.

10.2.5 Garantia dos Direitos da Contratada

- Resguardar o **direito de resposta e defesa da contratada**, nos casos de eventuais notificações ou penalidades;



- Assegurar **condições adequadas para o pleno exercício das atividades contratadas**, zelando pela harmonia da relação contratual e o interesse público.

10.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações descritas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, sendo responsável pela adequada execução dos serviços, conforme as condições e metas estabelecidas.

10.3.1. Execução dos Serviços

- Prestar os serviços de forma contínua, eficiente e conforme o **plano de trabalho aprovado**;
- Garantir o cumprimento da **jornada de trabalho integral** de 44 (quarenta e quatro) horas semanais por cada profissional da equipe técnica;
- Executar todas as ações com **padrões de qualidade, segurança, cordialidade e ética profissional**.

10.3.2. Disponibilização da Equipe Técnica

- Disponibilizar e manter, durante toda a vigência contratual, a equipe mínima exigida composta por:
 - 06 (seis) monitores escolares;
 - 01 (um) coordenador pedagógico;
 - 01 (um) auxiliar de serviços gerais;
- Substituir, em até **05 (cinco) dias úteis**, qualquer membro da equipe que se afaste ou que não atenda às exigências técnicas ou comportamentais, mediante anuência da Administração.

10.3.3. Supervisão e Planejamento

- Elaborar e submeter à aprovação da contratante um **plano de trabalho mensal**, com detalhamento das ações a serem desenvolvidas;
- Garantir o cumprimento de metas e cronogramas estabelecidos;
- Apresentar **relatórios mensais de atividades**, com descrição das ações realizadas, quantitativos e resultados.

10.3.4. Responsabilidade Técnica e Legal

- 1) Indicar formalmente o **coordenador pedagógico como responsável técnico** pelo projeto;
- 2) Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- 3) Manter atualizados e à disposição da fiscalização todos os documentos legais da empresa e da equipe.

10.3.5. Recursos e Insumos

- Fornecer, por conta própria, todos os **materiais de consumo, recursos didáticos, equipamentos móveis e fardamento** necessário à execução das atividades;
- Garantir que toda a equipe esteja **devidamente uniformizada e identificada** durante o serviço.

10.3.6. Conduta e Sigilo Profissional

- Assegurar que os profissionais atuem com **conduta ética, respeito, discrição e civilidade**;
- Zelar pelo **sigilo de informações institucionais** ou de terceiros eventualmente obtidas durante a execução do contrato.

10.3.7. Responsabilidade por Danos

- Responder, civil e administrativamente, por eventuais **danos causados à Administração ou a terceiros**, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de seus prepostos durante a execução dos serviços;
- Reparar, às suas expensas, qualquer prejuízo ou irregularidade apurada pela fiscalização.

10.3.8. Submissão à Fiscalização

- Permitir o **livre acesso da fiscalização da contratante** às instalações, documentos e atividades relacionadas ao objeto do contrato;
- Atender prontamente a quaisquer **requisições formais da contratante**, inclusive apresentação de documentos, justificativas ou correções de desvios identificados.
 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GESTÃO DO CONTRATO

Art. 6º, inciso XXIII, "f" da Lei nº. 14.133/2021

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente ao Município de Mauá ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao Município de Mauá a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.1. DAS RESPONSABILIDADES DO(S) FISCAL(IS)

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos dos artigos 17 a 21 do Decreto Municipal nº. 9527/2024, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:
 - O fiscal do contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à sua execução e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 18 do Decreto Municipal 9527/2024.
 - Nos termos Decreto Municipal 9527/2024, o fiscal do contrato detentor de experiência e conhecimento técnico na área referente ao objeto do contrato, auxiliará o gestor do contrato na fiscalização administrativa e técnica, devendo:
 - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
 - Expedir, por meio de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução do contrato;
 - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive se manifestando a respeito da suspensão da entrega de bens;
 - Conferir e certificar a fatura referente aos bens;
 - Proceder às avaliações dos bens fornecidos;
 - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos para a perfeita execução do objeto;
 - Receber designação e manter contato com o preposto da Contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
 - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
 - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando o caso;
 - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos no que couber:
 - Os resultados alcançados em relação à Contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;



Fica designada, como fiscal, a quem caberá a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da regular execução do contrato a Gerente de Educação de Trânsito.

11.2. DAS RESPONSABILIDADES DO GESTOR

- O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 17 do Decreto Municipal nº. 9527/2024, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e requisitante (se houver) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- O gestor do contrato com base nos relatórios elaborados pelos fiscais do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Para aplicação das sanções previstas nos incisos II e IV do caput do art. 156, o procedimento será conduzido pela comissão e termos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021;
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Art. 140, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021

A medição e o pagamento pelos serviços contratados observarão os seguintes critérios, visando assegurar a regularidade, a efetividade e a proporcionalidade entre o que foi contratado e o que efetivamente for executado.

12.1. Periodicidade da Medição

- A medição será realizada mensalmente, com base no cumprimento integral das atividades descritas no plano de trabalho aprovado e na presença efetiva da equipe mínima exigida.

12.2. Documentos para Medição

Para fins de medição e liberação do pagamento, a contratada deverá apresentar:

- **Relatório mensal de execução dos serviços**, devidamente assinado pelo coordenador pedagógico e validado pela fiscalização da contratante, contendo:
 - Registro das atividades realizadas no período;
 - Participação da equipe técnica e presença diária dos profissionais;
 - Público atendido e resultados obtidos;
 - Ações educativas desenvolvidas conforme cronograma;
- **Nota fiscal eletrônica**, emitida de acordo com os valores pactuados e acompanhada da documentação comprobatória da regularidade trabalhista e previdenciária (incluindo comprovantes de pagamento de salários, encargos e benefícios dos empregados alocados no projeto, quando solicitados pela fiscalização).

12.3. Condições para Pagamento

- O pagamento será efetuado dentro do prazo de 15 dias fora a quinzena, a partir da data em que a Nota fiscal, acompanhada da documentação exigida e **comprovada a conformidade da execução contratual** no período, for atestada pelo gestor do contrato. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito eletrônico na conta-corrente indicada na nota fiscal.



- O pagamento estará condicionado à **aprovação do relatório mensal** pela fiscalização, podendo ser proporcionalmente reduzido em caso de ausência de parte da equipe mínima, não realização de atividades ou execução parcial do plano de trabalho.

12.4. Penalidades por Inadimplemento

- O descumprimento de obrigações contratuais, atrasos, execução parcial ou a não apresentação de documentos exigidos poderá acarretar:
 - **Suspensão do pagamento** até a regularização da situação;
 - Aplicação de **sanções administrativas** previstas em lei (advertência, multa, suspensão e/ou declaração de inidoneidade);
 - **Desconto proporcional** nos valores mensais devidos, de acordo com a gravidade e impacto da falha constatada.

12.5. Reajuste

- O valor contratual poderá ser reajustado **anualmente**, conforme INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com base na variação de custos, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes federais para contratos contínuos.

13. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

O recebimento dos serviços executados pela empresa contratada será realizado com base em critérios técnicos e administrativos que assegurem o cumprimento do objeto contratual e a qualidade das ações educativas promovidas.

13.1. Recebimento Provisório

- O **recebimento provisório** dos serviços será efetuado **mensalmente**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - **Relatório mensal de atividades**, elaborado pelo coordenador pedagógico e validado pela fiscalização, contendo:
 - Descrição das ações realizadas;
 - Participação da equipe (com controle de frequência);
 - Resultados obtidos;
 - Avaliação das metas do plano de trabalho;
 - **Comprovação da manutenção da equipe mínima contratada**, incluindo eventuais substituições autorizadas;
 - **Outros documentos de controle** solicitados pela Administração (como registros fotográficos, lista de presença em eventos, materiais educativos utilizados etc.).
- O recebimento provisório será feito por servidor designado, que verificará a conformidade da execução com as cláusulas contratuais, podendo recomendar ajustes, complementações ou correções antes do aceite definitivo.

13.1.2. Recebimento Definitivo

- O **recebimento definitivo** ocorrerá **após a validação técnica da fiscalização** sobre o cumprimento integral das obrigações relativas ao período contratado;
- Serão observados os seguintes aspectos para fins de aceite:
 - Atendimento à carga horária semanal da equipe;
 - Cumprimento do cronograma de ações e do plano de trabalho aprovado;
 - Qualidade técnica das atividades pedagógicas desenvolvidas;
 - Regularidade documental e trabalhista;
 - Ausência de descumprimentos contratuais.

13.1.3. Condições para Recusa Parcial ou Total

- A Administração poderá recusar parcial ou totalmente o recebimento do serviço quando verificada:
 - Ausência ou ineficiência da equipe mínima exigida;
 - Inexecução parcial ou total das ações planejadas;
 - Não entrega ou inconsistência nos relatórios mensais;
 - Desvio do escopo contratado ou inadequação metodológica;
 - Qualquer irregularidade que comprometa os objetivos educacionais do projeto.



13.1.4. Formalização

- O recebimento, tanto provisório quanto definitivo, será formalizado por meio de **termo de recebimento** ou **declaração expressa** da fiscalização, devidamente juntado ao processo de compras e autorizado para fins de pagamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou o adjudicatário que:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Os licitantes ou adjudicatários que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, de acordo com a Lei 14133/2021.

15. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 6º, inciso XXIII, “h” da Lei nº 14.133/2021

- O regime da execução do contrato é por **preço global**, e o critério de julgamento da licitação é o de **menor preço** para a seleção da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação de uma empresa através de 01 (um) lote contemplando todos os itens necessários para a aquisição dos serviços.
- Não será admitida a participação de interessados sob a forma de consórcio, pois os bens objeto desta contratação, são comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais do mercado, sendo perfeitamente viável que empresas participantes do certame encontrem no mercado todas as exigências e categorias profissionais pretendidas, assim, esta medida garantirá maior controle, segurança e qualidade na execução do objeto contratado, razão pela qual, entendemos não haver comprometimento de competitividade do certame.
- Esta licitação deverá ser realizada na modalidade **Pregão**, na sua forma Eletrônica nos termos da Lei nº. 14.133/2021, com critério de julgamento sendo o de **menor preço global**.

16. ESTIMATIVA DE VALOR

Art. 6º, inciso XXIII, “i” da Lei nº 14.133/2021

- **O valor estimado da futura contratação será de R\$ 1.545.499,92**, obtido através de pesquisa de preços realizada na fase instrutória da presente contratação, em plena consonância com as regras definidas no art. 23, em especial, §1º, IV e §7º, do art. 25 da Lei nº. 14.133/2021, e será juntada nos autos do processo administrativo.
- Registramos, para os devidos fins, **a opção por manter sob sigilo o valor estimado para execução do objeto**, conforme possibilidade prevista no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, com vistas a obter a melhor proposta para a administração. Assim, o valor será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- Ainda, em atendimento à imposição legal, torna-se forçoso justificar que a opção foi utilizada com objetivo de fazer com que as empresas não utilizem o orçamento estimado como parâmetro para elaborar suas propostas e, assim, busquem preços competitivos e dentro de sua capacidade operacional e financeira, vez que, comumente em licitações, as empresas balizam seus valores pelo da administração e sequer buscam o real valor de mercado para a execução do objeto.



17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PAGAMENTO E CONDIÇÕES

A Fonte de recurso da Secretaria de Mobilidade Urbana utilizará será:

=> **18.18.15.452.0035.2498 – Educação para o Trânsito – dotação 816**

18. GARANTIA

O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na execução de projetos educacionais voltados à área do trânsito**, os quais devem atender a requisitos técnicos especificados no Termo de Referência.

A licitante declarada vencedora deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, destinada a assegurar a fiel execução do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.
- título de capitalização custeado por pagamento único.

A garantia será devolvida à contratada após a conclusão do objeto contratual, mediante atestado de execução emitido pelo setor competente, salvo em caso de inadimplência, quando poderá ser utilizada para cobertura de prejuízos ou penalidades contratuais.

A exigência de garantia contratual se justifica tecnicamente pelos seguintes fatores:

- Atividade-fim essencial:** A educação para o trânsito é uma atividade permanente e essencial à segurança viária, com a finalidade de reduzir o número de acidentes.
- Risco operacional:** O objeto contratual envolve a prestação de serviço contínua. A não observância dessas obrigações implica não atender os indicativos propostos no PPA.
- Necessidade de reposição:** Eventuais atrasos na reposição de profissional e equipamentos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou a não observância das especificações contratuais podem acarretar prejuízos imediatos à Administração, exigindo garantia como forma de compensação e prevenção.
- Preservação do interesse público e do erário:** A garantia protege o ente público contra inadimplemento, oferecendo instrumento adicional para cobertura de prejuízos decorrentes de descumprimentos contratuais.

19. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O preço é fixo durante a vigência do contrato, salvo quando a ocorrência de fato superveniente que possa gerar desequilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço, mediante conveniência, oportunidade e aprovação da administração.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Em consonância com o disposto no art. 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 9.337/2024, esta contratação observará critérios de sustentabilidade que deverão ser atendidos pela contratada, de forma a assegurar a responsabilidade socioambiental e a economicidade na execução do objeto.

20.1. Critérios Ambientais

- Utilização de materiais didáticos, insumos e recursos pedagógicos preferencialmente recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis.
- Redução de impactos ambientais indiretos, com incentivo à mobilidade sustentável (uso de bicicleta, caminhada, transporte coletivo) e à direção consciente, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis e emissões de poluentes.
- Adoção de práticas de gestão ecológica em eventos e atividades externas, como uso racional de papel, energia e água, além do descarte adequado de resíduos.

20.2. Critérios Sociais

- Garantia de acessibilidade e inclusão, com atendimento a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e grupos em situação de vulnerabilidade social, assegurando a universalidade do acesso às ações educativas.
- Geração de empregos formais, mediante exigência de vínculo celetista para toda a equipe, promovendo a valorização do trabalho e a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.
- Promoção da cidadania, da empatia e da cultura de paz no trânsito, fortalecendo a consciência coletiva e o respeito à diversidade.

20.3. Critérios Econômicos



- Eficiência no uso dos recursos públicos, com planejamento técnico, definição de metas quantitativas e qualitativas, avaliação periódica e relatórios de resultados.
- Busca do melhor custo-benefício a médio e longo prazo, considerando que a prevenção de acidentes e a redução de custos com saúde, mobilidade e infraestrutura representam economia indireta para o Município.
- Transparência na execução contratual, com entrega de relatórios mensais que comprovem a efetividade dos serviços prestados e permitam o acompanhamento pela Administração e pela sociedade.

Dessa forma, os critérios de sustentabilidade são incorporados de forma transversal à execução contratual, assegurando que a contratação não apenas atenda à demanda educacional em mobilidade urbana e trânsito, mas também contribua para o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões ambiental, social e econômica.

21. DAS SOLICITAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Todas as solicitações e notificações entre as partes devem ser realizadas por meio de documento escrito com protocolo assinado, e-mail e/ou carta registrada, acompanhada do respectivo comprovante de envio pelo remetente.

22. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Não será considerado inadimplemento ao contrato, a inobservância às suas disposições na ocorrência de motivos caracterizados como caso fortuito e de força maior, imprevisíveis ou inevitáveis, conforme definido no Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que acarretem impedimento de cumprimento, nos prazos contratuais, de obrigações do contrato.

23 – RESCISÃO

23.1. A inexecução total ou parcial da contratação ou o descumprimento de quaisquer das obrigações, ensejará sua rescisão, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021.



ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2026

MODELO DE PROPOSTA
(PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE, DATADA, CARIMBADA E ASSINADA)

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

OBJETO:

Contratação de empresa especializada na execução de projetos educacionais voltados à área do trânsito.

A empresa (.....), inscrita no CNPJ nº (.....), sediada no Município de (.....), estado de (.....), na RUA/Av.; (.....), Bairro: (.....), CEP (.....), por intermédio de seu representante legal, apresenta cotação de preços conforme segue:

Item	Descrição / Especificação	Qtd.	Un.	Valor unitário (mensal)	Valor total (12 meses)

1 – Nos preços indicados na planilha de preços acima deverão estar incluídos todos os custos, inclusive aqueles como; benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3 – Validade da proposta 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta.

– Condições Contratuais:

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência

Condições de Pagamento: Conforme edital

Validade da Proposta: Conforme edital

Declaramos expressamente que nos sujeitamos e aceitamos todas e quaisquer exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus respectivos Anexos, inclusive normas, prazos e garantia, quando houver, tendo a presente proposta a **validade de 60 (sessenta) dias.** (prazo pode ser alterado, para maior, a critério da empresa)

_____, em _____ de _____ 2026

Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa Proponente



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____ sediada na Rua _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio-gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei:

1) Que até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual), para sua habilitação no **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Mauá, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, **DECLARA** que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 4.2 do respectivo instrumento convocatório.

2) Para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Mauá, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, caso seja ME/EPP/MEI, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

3) Caso ME/EPP/MEI, em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

4) Caso ME/EPP/MEI, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

5) Para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6) Para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

7) Para os devidos fins que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.*

DECLARO ainda que em licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), será priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, *caput*, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto Federal nº. 11.479/2023.



8) Para fins do disposto no inciso X do Art. 117 da Lei Federal nº 8112/90, alterado por redação dada pela Lei Federal nº 11.784/08, no caso de servidor público, que não participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e não exerce o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

9) Não possui em seu quadro societário Servidor Público do Município de Mauá da ativa.

10) Sr(a) _____, cargo _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do C.P.F. nº _____ representante legal da empresa _____, assinará o contrato

E-MAIL PESSOAL: _____.

E-MAIL PROFISSIONAL: _____.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do representante da empresa

***O ITEM 7 DESTA DECLARAÇÃO SOMENTE PRODUZIRÁ EFEITOS PARA AS EMPRESAS QUE POSSUAM NO MÍNIMO 100 (CEM) EMPREGADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 93 DA LEI N. 8.213/1991.**



ANEXO V
(M O D E L O)

ANEXO LC-01 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

() - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.*



ANEXO VI

ANEXO LC-02 – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)



ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

VALOR: R\$

**CONTRATO N.º _____/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ E A EMPRESA
_____, PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE _____**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026, nesta cidade de Mauá, compareceram de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.959/0001-98, neste ato representado por seu Secretário de _____ Sr. _____ no uso da competência doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, com sede na _____, n.º ____, Bairro _____, Município de ____ / ____ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado por _____, portador da Cédula de Identidade RG. n.º _____ e CPF/MF n.º _____, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na qualidade de Detentora da Ata de Registro de Preços oriunda do Edital PE n.º 014/2026, Processo de Compras n.º _____, cujo inteiro teor a **CONTRATADA** declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e seus atos regulamentadores, da Lei Complementar Federal n.º 123/06 em suas redações atuais, do Decreto Municipal n.º _____ supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviço de _____, por um período de _____ meses.
- 1.2. Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:
 - 1.2.1. O Instrumento Convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a Ata de Registro de Preços n.º ____, e o cronograma de entrega dos materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que constatada a sua vantajosidade, de acordo com o artigo 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 3.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão no presente exercício à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) a seguir indicada(s): _____

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

- 4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ ____ (_____), por conta da dotação orçamentária constante no item 3.1 supra para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício.
- 4.2. O pagamento será realizado no prazo de 15 (quinze) dias fora a quinzena, contados a partir da data de atestação da nota fiscal por esta Administração, nos termos do item 5.4.2 deste contrato.



4.3. Para fins de pagamento, na periodicidade avençada, a **CONTRATADA** formulará requerimento à **CONTRATANTE**, dando conta da parcela mensal executada, atendendo aos itens 5.4 infra e seus subitens, solicitando que seja comprovada a execução, e uma vez atestada pela fiscalização da **CONTRATANTE**, acompanhado da entrega completa dos documentos constantes no item 6.8 deste contrato pela **CONTRATADA**, iniciar-se-á o prazo para emissão da Nota Fiscal e para pagamento da parcela correspondente, não cabendo nenhum reajuste financeiro.

4.4. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela **CONTRATADA**.

4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** regularize o erro.

4.6. A **CONTRATANTE** reterá, quando for o caso, dos pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA**, percentual equivalente a 11% (onze por cento) do valor bruto dos serviços realizados e constantes da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo de Prestação de Serviços, nos termos da Lei Federal nº 9711/98 e Instrução Normativa RFB 2110, de 17 de outubro de 2022, alterada pela IN RFB 2185, de 05 de abril de 2024.

4.7. O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, *pro rata tempore*.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS.

5.1. O início da execução do objeto ocorrerá a partir da data de assinatura de contrato, observando o que dispõe o Termo de Referência, e o prazo de execução será por um período de ____ (____) meses. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento dos prazos, devidamente justificados pela **CONTRATADA**, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela **CONTRATADA**.

5.1.1. Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;

b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.1.2. Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto aos sítios ou outros meios.

5.1.3. Pedidos de prorrogação de prazo apresentado após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.1.4. A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.2. Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados na Secretaria _____, sito na _____, nº. _____, Bairro _____, Mauá/SP, CEP. _____.

5.3. As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

5.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da documentação exigida no item 4.3, a Fiscalização atestará a medição, comunicando a **CONTRATADA**, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

5.4.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela **CONTRATADA**, contra o **CONTRATANTE**, e apresentadas para a Fiscalização.

5.4.2. A Fiscalização emitirá o **Atestado de Realização dos Serviços** em até **3 (três) dias** contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).



5.4.3. O pagamento será realizado no prazo de 15 (quinze) dias fora a quinzena, contados a partir da data de atestação da nota fiscal por esta Administração, em conta-corrente da **CONTRATADA**, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.5.1. O prazo para recebimento provisório será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela **CONTRATADA**, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, na forma expressa pela alínea 'a', inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21.

5.5.2. O recebimento definitivo dar-se-á por servidor ou Comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea 'b', da legislação supra.

5.5.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

5.5.4. Se os serviços se apresentarem com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à **CONTRATADA**, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório, seus anexos, na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lances e negociação, bem como nas condições previstas na Ata de Registro de Preços assinada entre as partes, se houver, observando as orientações recebidas da **CONTRATANTE**, permitindo o acompanhamento e fiscalização da mesma.

6.2. Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

6.4. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência a estes encargos, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a **CONTRATANTE** está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da **CONTRATADA**.

6.5. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela **CONTRATANTE**.

6.6. Manter durante a execução do objeto deste contrato, equipamentos de proteção individual "EPI's", necessário à segurança dos trabalhadores, quando for o caso.

6.7. Vedar, participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica, que estejam enquadradas nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.8. Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à **CONTRATANTE**.



6.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**.

6.9.1. Na hipótese de qualquer Reclamação Trabalhista, intentada contra a **CONTRATANTE**, por empregados da **CONTRATADA** ou de eventuais subcontratantes estes deverão comparecer espontaneamente em juízo reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a **CONTRATANTE** no processo, até final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

6.9.2. A **CONTRATANTE** não reconhecerá qualquer vínculo ou relação jurídica com eventuais subcontratados. Qualquer contrato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos serviços prestados, será mantido exclusivamente com a **CONTRATADA**.

6.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais pertinentes a execução do objeto.

6.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** independentemente de notificação, eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários no tocante à execução do contrato.

6.13. Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

6.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este contrato e termo de referência, no prazo determinado.

6.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.17. Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

6.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer alteração, conforme prevista no art. 130 da lei 14.133/21.

6.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**.

6.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.21. Designar preposto para representá-la durante a execução deste contrato.

6.22. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela Fiscalização, por meio do preposto designado, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, devido a questões de logística, deverá ser apresentada uma justificativa e o preposto deverá comparecer no menor prazo possível perante a **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.3. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 7.4. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.
- 7.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 7.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 7.7. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela **CONTRATADA**, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE.

- 8.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Após este período, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.
- 8.1.1. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação, nos termos do item supra.
- 8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 8.4. Os reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 8.5. Independentemente do requerimento de reajuste, a **CONTRATANTE** verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO E DAS SANÇÕES.

- 9.1. A inexecução parcial ou total do contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.
- 9.2. O contrato poderá ser rescindido:
- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, quando presentes os casos previstos na legislação mencionada, notificando-se a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
 - II. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para Administração.
 - III. Por decisão judicial, nos termos da Lei;



9.3. A **CONTRATANTE** terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.4. A rescisão será devidamente autuada no respectivo processo administrativo, deverão ser formalmente motivados, assegurando o contraditório e ampla defesa.

9.5. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATANTE** poderá, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.5.1. Advertência;

9.5.2. Impedimento de licitar e contratar;

9.5.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.5.4. Multas:

9.5.4.1. multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela remanescente, no caso de inexecução parcial do contrato;

9.5.4.2. multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor correspondente à entrega que estiver em desacordo com os prazos estipulados, até o limite de 10% (dez por cento);

9.5.4.3. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total;

9.5.4.4. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou do item correspondente, no caso de constatação, pela **CONTRATANTE**, de que o material fornecido é diverso das especificações e/ou de má qualidade; e,

9.5.4.5. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada em assinar a mesma;

9.6. A Aplicação das multas somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

9.7. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei, observado o limite máximo de 30% do total do contrato licitado ou celebrado.

9.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

9.9. O valor relativo às multas, eventualmente aplicadas, será deduzido dos pagamentos que o Município efetuar, mediante a emissão de GAM (Guia de Arrecadação Municipal). No caso de impossibilidade, será o valor inscrito na Dívida Ativa, para cobrança judicial.

9.10. As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via endereço eletrônico para a **CONTRATADA**, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da execução do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.1.1. A **CONTRATADA** ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhes o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.

10.2. A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.



10.3. Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato.

11.4. Cabe a fiscalização notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.5. A fiscalização se manifestará formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e possíveis alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO.

12.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES.

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.

13.2. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da **CONTRATADA** ou por determinação do **CONTRATANTE**.

13.2.1. Quando o pedido for iniciado por requerimento da **CONTRATADA**, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

13.2.2. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

13.2.3. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a **CONTRATANTE** terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOMEAÇÃO.

14.1. Fica designado o servidor _____, responsável pelo Setor de _____, como gestor do contrato, para cumprimento do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual e nos termos das normas regulamentadoras, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

15.1. Em decorrência do disposto na Lei federal 13.709, de 14 de agosto de 2018, as partes estabelecem que:

I – fica vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

II – as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial, os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, ficando vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

III – as partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados;



IV – em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação;

V – a **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela **CONTRATANTE**;

VI – a **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar à **CONTRATANTE**, em até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO

16.1. Para a execução desta avença, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO

17.1. Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, normas emanadas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, da Lei Complementar Federal nº 123/06 em sua redação atual, e, supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da **CONTRATANTE**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

Este ajuste é lavrado nos termos da minuta constante às fls. ____ e, aprovado às fls. ____ do processo de compras n.º ____ e que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

SECRETÁRIO DE _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME/RG

NOME/RG